RESUMO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 66/2026

I – FINALIDADE DA LICITAÇÃO/OBJETO:
REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E MATERIAIS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS

II – REPARTIÇÃO INTERESSADA E SETOR:
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

III – NÚMERO DE ORDEM:	**IV – PROCESSO ADMINISTRATIVO N°:**
PC 8636/2026	**2026/37252**

V – CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor Preço ( ) Por Item
(X) Por Lote
( ) Global

VI – MODO DE DISPUTA:
(x) Aberto
( ) Fechado
( ) Aberto e Fechado
( ) Fechado e Aberto

VII – ANEXOS DO EDITAL:
Anexo I: Estudo Técnico Preliminar;
Anexo II: Termo de Referência;
Anexo III: Modelo de Proposta de Preços;
Anexo IV: Modelos de Declarações:
Anexo IV-A: Declarações do art. 7º, XXXIII da CF/88 e de fato impeditivo de habilitação;
Anexo IV-B: Declaração para empresas enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte;
Anexo V: Minuta da Ata de Registro de Preços

VIII – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP	**IX – PRAZO VIGÊNCIA DO CONTRATO DECORRENTE DA ARP**
12 (doze) meses, prorrogável, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/21	12 (doze) meses

X – LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA INÍCIO DA LICITAÇÃO
Endereço Eletrônico: https://pregaobanrisul.com.br/
Período para Recebimento das Propostas: de 12/11/2026 às 09h00min até 25/11/2026 às 09h00min
Abertura das Propostas e Início da Disputa de Preços: 25/11/2026 às 09h01min

XI– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Gestora	Fonte de Recurso	Projeto/Atividade	Elemento De Despesa
Secretaria Municipal da Educação	1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	10.02.12.361.0007.1050 - Aquisição de Equipamentos Para o Ensino Fundamental 10.03.12.365.0007.1043 - Aquisição de Equipamentos para a Educação Infantil	4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N.º 66/2026

O MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS, CNPJ n.º 87.297.982/0001-03, com sede em Lajeado/RS, situada à rua Cel. Júlio May, 242, CEP 95900-178, torna público para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**,** através do portal https://pregaobanrisul.com.br/, – critério de julgamento menor preço (modo aberto), objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E MATERIAIS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS,** conforme processo n.º 2026/37252 , regido pela Lei nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 13.286/23 e nº 13.287/23, Portaria n.º 35.031/2025 e condições estabelecidas no presente edital.

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E MATERIAIS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS, conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes neste Edital e seus Anexos.

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	QT DE	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CADEIRA FIXA ESTOFADA - Cadeira fixa com estrutura em tubo de aço (diâmetro mínimo de 7/8 com espessura de parede mínima de 1,0mm) para os pés, com travessas de reforço soldadas pelo processo MIG. Pés com ponteiras plásticas internas em polipropileno. Proteção da superfície metálica com tratamento anticorrosivo/desengraxante e pintura eletrostática em epóxi-pó com cura em estufa. Assento (aprox. 440mm x 395mm) e encosto (aprox. 370mm x 290mm) em madeira compensada com almofada de espuma injetada de alta densidade revestida em couro sintético (curvin). Fixação à estrutura por parafusos com porca garra embutida. Altura do assento ao chão de aproximadamente 460mm. O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT.	80	UND	511,67	40.933,60

2	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS ESTOFADA - Cadeira de escritório giratória, ergonômica, com base de 5 hastes em aço com proteção anticorrosiva, capa em polipropileno e rodízios duplos com banda em poliuretano (PU) de no mínimo 50mm. Regulagem de altura do assento por coluna a gás com curso mínimo de 120mm. Mecanismo de reclinagem do encosto com travamento em múltiplas posições e regulagem de altura da cúpula do encosto. Assento estofado em espuma injetada (densidade mínima de 50 kg/m³), revestido em couro sintético/curvin preto. Encosto em estrutura termoplástica revestido com tela respirável 100% poliéster. Braços com regulagem 3D (altura e profundidade). O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT. **COTA PRINCIPAL**	90	UND	1.926,00	173.340,00
3	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS ESTOFADA - Cadeira de escritório giratória, ergonômica, com base de 5 hastes em aço com proteção anticorrosiva, capa em polipropileno e rodízios duplos com banda em poliuretano (PU) de no mínimo 50mm. Regulagem de altura do assento por coluna a gás com curso mínimo de 120mm. Mecanismo de reclinagem do encosto com travamento em múltiplas posições e regulagem de altura da cúpula do encosto. Assento estofado em espuma injetada (densidade mínima de 50 kg/m³), revestido em couro sintético/curvin preto. Encosto em estrutura termoplástica revestido com tela respirável 100% poliéster. Braços com regulagem 3D (altura e profundidade). O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT.**COTA EXCLUSIVA**	30	UND	1.926,00	57.780,00

4	MESA RETANGULAR - Mesa reunião retangular: Mesa retangular com tampo em MDP 25mm com bordas de 0,45mm. Painel lateral em 25mm ou pés metálicos em chapa de aço; painel frontal em MDP 15mm, sistema de fixação com parafusos com rosca milimétrica e buchas metálicas. Medidas:2000x1100x740mm.	8	UND	1.997,00	15.976,00
5	ARMÁRIO ALTO COM 2 PORTAS - Armário confeccionado em MDP de espessura mínima de 15mm, revestido em melamínico de baixa pressão (BP). Fundo em chapa de fibra/MDP com espessura mínima de 3mm. Proteção de bordas em fita de PVC aplicadas por processo térmico (hot-melt). Base/Rodapé: Estrutura metálica em tubo de aço (seção aproximada de 20x40mm, parede mínima de 1,0mm), com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática em epóxi-pó. Com sapatas niveladoras rosqueáveis. Acessórios: Puxadores e fechadura metálica com chave (com chave reserva). Dimensões aproximadas: 1600mm x 1000mm x 450mm (A x L x P). O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT.	50	UND	1.391,00	69.550,00
6	ARMÁRIO BAIXO - Armário baixo com duas portas: Estrutura e Fechamento: Confeccionado em painéis de MDP com espessura mínima de 15mm, revestido em melamínico de baixa pressão (BP). Fundo em chapa de fibra/MDP com espessura mínima de 3mm. Proteção de bordas em fita de PVC aplicadas por processo térmico (hot-melt). Composto por 2 (duas) portas e 1 (uma) prateleira interna. Base/Rodapé: Estrutura metálica em tubo de aço (seção aproximada de 20x40mm, espessura de parede mínima de 1,0mm), com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática em epóxi-pó. Equipado com sapatas niveladoras rosqueáveis para ajuste de nível. Acessórios: Puxadores e fechadura metálica com chave (acompanhada de chave reserva). Dimensões aproximadas:	20	UND	922,67	18.453,40

	720mm x 1000mm x 415mm (A x L x P). O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT. O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT.				
7	ARQUIVO DE 04 GAVETAS - Arquivo confeccionado em painéis de MDP com espessura mínima de 15mm, revestido em laminado melamínico de baixa pressão (BP). Fundo do móvel e/ou fundos de gaveta em chapa de fibra de alta densidade/MDP com espessura mínima de 3mm. Proteção de bordas em fita de PVC aplicadas por processo térmico (hot-melt). Com 4 quatro gavetas sobre corrediças para pastas suspensas. Dimensões aproximadas: 1225mm x 460mm x 450mm (A x L x P). O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT.	10	UND	1.107,33	11.073,30
8	GAVETEIRO VOLANTE - Gaveteiro volante com gavetas: Gaveteiro confeccionado em painéis de MDP com espessura mínima de 15mm, revestido em laminado melamínico de baixa pressão (BP). Fundo do móvel e/ou fundos de gaveta em chapa de fibra de alta densidade/MDF/MDP de no mínimo 3mm. Acabamento de bordas em fita de PVC coladas por processo térmico (hot-melt).Com 3 (três) gavetas, sendo 2 (duas) gavetas simples para acessórios/documentos e 1 (uma) gaveta para pastas suspensas com trilhos e corrediças. Dimensões aproximadas: 680mm x 460mm x 450mm (A x L x P). O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT.	30	UND	896	26.880,00
9	ARMÁRIO COM 2 PORTAS - Armário de aço 2 portas: Armário de aço com duas portas de abrir, confeccionado em chapa de aço tratado anticorrosivamente, com espessura mínima de 0,45mm (chapa nº 26 ou superior). Com 3 (três) prateleiras internas reguláveis em altura. Com portas de abrir com reforço interno tipo ômega, estampo perfurado,	5	UND	1.713,00	8.565,00

	sistema de travamento e fechadura metálica com chave (com chave reserva). Tratamento antiferruginoso/desengraxante e pintura eletrostática a pó com cura em estufa. Dimensões aproximadas: 1740mm x 760mm x 330mm (A x L x P).				
10	ARMÁRIO DE AÇO - Armário de aço 8 portas: Armário de aço com 8 (oito) portas dispostas em sistema sobreposto. Confeccionado em chapa de aço tratado anticorrosivamente, com espessura mínima de 0,45 mm (chapa nº 26 ou superior). Portas com fechamento por fecho do tipo pitão para cadeado, suporte para porta-etiquetas frontal e sistema de ventilação. Com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática a pó na cor cinza cristal. Dimensões aproximadas: 1900mm x 1250mm x 420mm (A x L x P).	2	UND	2.907,00	5.814,00
11	ESTANTE DE AÇO SIMPLES - Estante de aço confeccionada em chapa de aço, com espessura mínima de 0,45mm (chapa nº 26 ou superior). Composta por 6 (seis) prateleiras e reforço estrutural traseiro em formato de "X". Dimensões aproximadas: 1980mm x 920mm x 300mm (A x L x P).	5	UND	697,67	3.488,35
12	ESTANTE DE AÇO TIPO DUPLA FACE - Estante de aço dupla: Estante de aço dupla com doze prateleiras (seis de cada lado) com reforços estruturais. Confeccionada em chapa de aço 26 ou superior (espessura mínima de 0,45 mm). Com pintura eletrostática a pó na cor cinza cristal. Medidas aproximadas: 1980X920X580 mm (AxAxP).	6	UND	2.949,00	17.694,00
13	POLTRONA FERRADURA - Poltrona de espera tipo ferradura, com estrutura em madeira, assento reforçado por percintas elásticas. Revestimento em corino, couro sintético ou ecológico (corino ou courvim), na cor preta. Densidade mínima D26, tipo de encosto em formato côncavo (tipo ferradura), com espuma laminada no assento. Dimensões aproximadas: altura de 80 cm,	20	UND	455,00	9.100,00

	largura de 67 cm, profundidade de 66 cm; altura do chão até o assento 38 cm, com sapatas niveladoras. Com capacidade de suportar no mínimo 120 Kg.				
14	LIXEIRA CILÍNDRICA (SOSUR) - Lixeira plástica para escritório: Lixeira redonda na cor preta com tampa. Confeccionada em plástico polipropileno injetado (PP), com alças ergonômicas, superfície polida. Capacidade: de 10 a 12 litros. Medidas aproximadas: Altura 27 cm, Diâmetro: 25 cm.	80	UND	16,08	1.286,40
15	MESA COLETIVA REDONDA - Mesa para biblioteca: Mesa redonda com estrutura cinza de aço e pintura eletrostática, tampo em mdf cor branca ou cinza, pé central. Dimensões aproximadas: 120X75 cm (LxA).	6	UND	1.267,00	7.602,00
16	CADEIRA ESCOLAR - Cadeira para biblioteca: Cadeira com assento e encosto cor cinza, estrutura cor cinza em aço carbono, pintura eletrostática, assento e encosto ergonômico, altura de aproximadamente 46 cm.	30	UND	373,5	11.205,00

1.2. A licitação será realizada em **LOTES**, conforme tabela constante no Termo de Referência (Anexo II), facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **"MENOR PREÇO POR LOTE"**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Caso o agente de contratação julgue necessário dirimir dúvidas acerca da equivalência técnica do produto ofertado para o item lixeira plástica, poderá, a qualquer momento durante a fase de julgamento das propostas, quando julgar necessário para a adequada verificação da conformidade do objeto ofertado com as especificações técnicas exigidas neste Edital, solicitar ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de catálogo, ficha técnica, prospecto, manual, amostra ou outro documento/comprovação equivalente nos termo do item 5 do Termo de Referência.

2. DOS ANEXOS

2.1. Integram o presente Edital, os seguintes Anexos:

Anexo I: Estudo Técnico Preliminar;
Anexo II: Termo de Referência;
Anexo III: Modelo de Proposta de Preços;
Anexo IV: Modelos de Declarações:
Anexo IV-A: Declarações do art. 7º, XXXIII da CF/88 e de fato impeditivo de habilitação;
Anexo IV-B: Declaração para empresas enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte;
Anexo V: Minuta da Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Portal Pregão Online Banrisul – https://pregaobanrisul.com.br/.

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar *login* e senha para acesso ao Sistema.

3.1.2. Os **LOTES 1 e 3 à 15** desta licitação são destinados a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.1.3. Caso não exista proposta apresentada para os itens reservados à participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte, ao licitante classificado em primeiro lugar para o item de mesmo objeto(quando for o caso) será dada a oportunidade de, querendo, ampliar a sua cotação para atender a totalidade da demanda, mantendo o último lance ofertado.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006.

3.3. Não poderão concorrer neste Pregão os interessados:

3.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei n. 14.133/2021;

3.3.4. que se encontrem sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.4.1. no caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n. 11.101/05, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

3.3.5. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.6. que sejam organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n. 746/14-TCU-Plenário).

3.4. Nos termos do art. 4º, inc. III do Decreto Municipal n. 13.285/23, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de agente público atuante na área responsável pela demanda ou contratação; ou de autoridade hierarquicamente superior no âmbito da Administração.

3.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico:

3.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar n. 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.5.1.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5.2. que a licitante tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas neste edital;

3.5.3. que a licitante assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública;

3.5.4. que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização no ato da assinatura de ata de registro de preço, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, conforme a legislação aplicável, em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;

3.5.5. que a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7o da Constituição Federal);

3.5.6. que a licitante tem conhecimento acerca das condutas passíveis de penalidades elencadas no Edital, de acordo com a modalidade, e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme legislação aplicável;

3.5.7. que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica;

3.5.8. que a licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV);

3.5.9. que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de

conduta vigentes.

3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

4.1. Para participação no Pregão Eletrônico a parte interessada deverá possuir cadastro na Central de Licitações/RS - CELIC, dispor da chave de identificação e senha pessoal junto ao provedor do sistema para acessar os serviços disponibilizados na área restrita.

a) Caso a parte interessada não possua cadastro, o mesmo deverá ser efetuado no endereço eletrônico https://pregaobanrisul.com.br/ e /ou www.celic.rs.gov.br.

4.2. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Credenciamento Eletrônico.

4.3. A chave de identificação e a senha recebida junto à CELIC poderão ser utilizadas em qualquer Processo Eletrônico do sistema Banrisul, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou outro fato impeditivo de participação de licitação em órgãos públicos.

a) É de responsabilidade exclusiva do usuário o sigilo da senha bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banrisul ou ao Município de Lajeado a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

b) A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

c) É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame, cumprir as regras do presente Edital.

c.1) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

c.2) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

c.3) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Até **3 dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

5.2. Os pedidos de impugnação e de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, **exclusivamente**, no Portal Pregão On Line Banrisul: https://pregaobanrisul.com.br/.

5.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico responsável pela elaboração do Termo de Referência, decidir sobre a impugnação.

5.4. Caso procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e, caso afete a formulação das propostas, nova data será designada pela Administração para a realização do certame.

5.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela área técnica e/ou jurídica.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.7. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.1.1. O licitante deverá fazer constar em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do objeto ofertado.

6.2. Conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/21, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

6.3. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a data e horário estipulados para a abertura das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas anteriormente inseridas no sistema.

6.5.1. Após a abertura das propostas, não caberá desistência dessas e os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade dos licitantes, não lhes assistindo direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo por motivo justo e comprovado decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante, ao inserir **O VALOR DE SUA PROPOSTA, PARA FINS DE DISPUTA**, preencherá no campo próprio do sistema eletrônico, expresso em reais, incluindo todos os custos necessários à execução do objeto, tais como impostos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, taxas, seguros, insumos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo direto ou indireto do objeto.

7.1.1. No cadastramento da proposta inicial no sistema eletrônico, o licitante deverá obrigatoriamente preencher os campos próprios referentes à MARCA e ao MODELO do produto ofertado.

7.1.2. A marca e o modelo cadastrados vinculam a oferta, sendo vedada a alteração do produto ofertado no curso do certame ou da execução contratual.

7.2. JÁ A PROPOSTA A SER ANEXADA NO SISTEMA (licitante vencedor) (arquivo .pdf), deverá conter as informações indicadas abaixo:

7.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo representante legal do licitante.

7.2.2. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DO OBJETO OFERTADO, com **MARCA,** modelo e **FABRICANTE**(se for o caso), observadas as exigências especificadas no Edital e seus Anexos.

7.2.3. VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM OFERTADO, conforme MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS constante no Anexo III deste Edital;

7.2.4. PRAZO DE ENTREGA, conforme especificado no Anexo II;

7.2.5. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA, de no mínimo **90(noventa)** dias;

7.2.6. Conter indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

7.3. Caso o prazo de entrega, validade da proposta e prazo de garantia não forem expressamente indicados na proposta eletrônica, será considerado como aceito, para efeito de julgamento, aqueles indicados acima.

7.3.1. Caso seja informado prazo em desacordo com o mínimo estipulado, será facultada ao Pregoeiro a realização de diligências, e, não sendo ajustado o prazo pelo licitante, a proposta será desclassificada.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como as que apresentem omissões ou irregularidades insanáveis.

7.8. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar, por meio de diligência, eventuais ausências de informações, erros ou falhas, que não alterem a substância das propostas, dúvidas acerca da exequibilidade da proposta, bem como documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.1. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando na sessão pública do Pregão até que esteja encerrada a fase de lances, sob pena de serem desclassificadas da disputa.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1.O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance com valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,50%.**

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.14.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do órgão;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.14.2. Persistindo o empate, será realizado sorteio.

8.14.3. As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real,do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após decorrido o prazo informado aos participantes no sistema.

8.18. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC n. 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 2015.

8.20.1. Caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n° 123, de 2006, **o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal, Estaduais e Municipais**, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3°, inciso II, da Lei Complementar n° 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3°, § 2°, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

8.20.2. A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3°, §§ 9°-A e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006.

8.20.3. Outrossim, a Consulta nos Portais de Transparência poderá apurar ainda se houve contratação com a Administração Pública no ano corrente que extrapolem os limites de enquadramento de empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 4º da Lei nº 14.133/21.

8.20.4. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro deverá indeferir a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3°, §§ 9°, 9°-A, 10 e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006, com a consequente recusa do lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes (Acórdão n. 1.793/11-TCU-Plenário), bem como, encaminhará abertura de processo sancionador para aplicação de sanção de Declaração de Inidoneidade por tentativa do licitante fraudar a licitação.

8.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no

prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A PROPOSTA FINAL DO LICITANTE DEVERÁ SER ENCAMINHADA NO PRAZO DE 2 HORAS, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá conter as informações exigidas no subitem 7.2.

9.2. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional.

9.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.5. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis no sistema, após a homologação.

9.6_Caso o agente de contratação julgue necessário dirimir dúvidas acerca da equivalência técnica do produto ofertado para o item lixeira plástica, poderá, a qualquer momento durante a fase de julgamento das propostas, quando julgar necessário para a adequada verificação da conformidade do objeto ofertado com as especificações técnicas exigidas neste Edital, solicitar ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de catálogo, ficha técnica, prospecto, manual, amostra ou outro documento/comprovação equivalente nos termo do item 5 do Termo de Referência.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na Lei n. 14.133/21.

10.2. Caso o Pregoeiro entenda que o preço apresentado seja inexequível, ele notificará o arrematante, via sistema, para que comprove em 48 horas, que o seu preço é exequível, sob pena de desclassificação.

10.2.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam o pedido.

10.3. Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro poderá solicitar dos licitantes quaisquer outras informações que julgar pertinentes para o perfeito conhecimento e julgamento das propostas, conforme §2º do art. 59 da Lei n. 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006, artigo 3º, inciso II, que deverão ser enviadas, no prazo estipulado, por meio de sistema, preferencialmente, sob pena de desclassificação das propostas.

10.4. Erros no preenchimento da proposta não são motivos suficientes para a desclassificação desta, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que a proposta é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

10.5. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, sempre intimando todos os participantes via sistema eletrônico.

10.6. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

10.6.1. contiver vícios insanáveis;

10.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital e seus anexos;

10.6.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

10.6.4. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que seja insanável.

10.7. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

10.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema e a ocorrência será registrada em ata.

10.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de desclassificação.

10.10.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos, ficha técnica ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11. A proposta do licitante deverá considerar todos os custos e a margem de lucro pretendida.

10.12. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.14. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

10.15. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.15.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrado o julgamento das propostas, **O LICITANTE CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR, DEVERÁ ENCAMINHAR OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA, EM FORMATO DIGITAL, NO PRAZO DE 2 HORAS**, contado da solicitação do Pregoeiro.

11.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

11.2.2. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, bem como o

Cadastro semelhante mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS.

11.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.3.1. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. Na hipótese de constatação de impedimento indireto, o licitante será, em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa, convocado para se manifestar para que o Pregoeiro possa analisar se a criação ou uso da pessoa jurídica licitante teve o intuito de burlar a pena administrativa anteriormente aplicada à empresa distinta.

11.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.4.2. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do PORTAL PREGÃO BANRISUL em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, conforme o disposto neste Edital.

11.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 horas úteis**, sob pena de inabilitação.

11.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, conforme inciso I, do art. 70 da Lei 14.133/21.

11.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.10. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.11. Habilitação jurídica:

11.11.1. Registro de empresário individual ou microempreendedor individual, ou; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, e; decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.11.2. O licitante que, durante a fase de apresentação de proposta e/ou fase de lances, usufruiu dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 (ME/EPP) deverá, ainda, apresentar **Certidão da Junta Comercial de Enquadramento de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte**, ou **declaração nos termos do Anexo IV-B** de que a licitante ostenta esta condição, devendo ambas serem firmadas no corrente ano.

11.12. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

11.12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.12.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751/14, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.12.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.12.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, CNDT;

11.12.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.12.6. Prova de regularidade com a **Fazenda ESTADUAL e MUNICIPAL** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.12.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais ou estaduais relacionados ao objeto licitatório, havendo impossibilidade de emissão de "Certidão de Regularidade Fiscal", deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal ou Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.13. DECLARAÇÃO, nos termos do ANEXO IV-A:

11.14. A administração não admitirá declarações, a qualquer tempo, de desconhecimento de fatos e aspectos que dificultem ou impossibilitem a execução total ou parcial dos serviços.

11.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

11.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.16. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar, por meio de diligência, erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.17. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.18. A não-regularização fiscal, social e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dessa.

11.20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, **EM ATÉ 30 MINUTOS,** manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

12.1.1. A falta de manifestação da intenção de interpor recurso, na forma e prazo estipulado, implicará na preclusão do direito de recurso, permitindo ao Pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a presença dos REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará os requisitos de admissibilidade, quais sejam:

a) sucumbência;

b) tempestividade;

c) legitimidade;

d) interesse;

12.2.2. Uma vez admitida a intenção de recurso, o recorrente terá, a partir de então, **o prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação**, que se dará através do sistema, para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar da intimação do Pregoeiro, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.3. A apreciação dar-se-á em fase única.

12.3. Após o prazo de recebimento das razões e contrarrazões, o Pregoeiro analisará e reconsiderando ou não sua decisão de forma fundamentada, encaminhará os autos devidamente instruídos, no prazo de até **3 (três) dias úteis** à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, podendo ser solicitado pelo e-mail procuradoria.licitacao@lajeado.rs.gov.br.

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da LC 123/06. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta, por meio do sistema eletrônico (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será **adjudicado** ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Superior.

14.2. A Autoridade Competente **homologa** o procedimento licitatório.

15. OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

15.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de até **5 dias úteis**, contados a partir da sua convocação, a qual se dará via e-mail, para assinatura do contrato.

15.1.1. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado formalmente pela Adjudicatária e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.1.2. A assinatura do contrato poderá se dar por meio de certificado digital, conforme instruções contidas no e-mail de convocação, arcando a signatária com os custos inerentes a sua certificação.

15.2. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, se a Adjudicatária mantém as condições de habilitação.

15.3. Na hipótese de irregularidade, a Adjudicatária deverá regularizar a situação no prazo de até 05 dias, sob pena de aplicação da sanção do subitem 20.1.1.

15.4. O não comparecimento no prazo da convocação, a não assinatura do contrato, ainda que de forma parcial, acarretará a imediata perda do direito de contratar, sem prejuízo das sanções do subitem 20.1.3, salvo em face de motivo de força maior, devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração.

15.5. Quando a Adjudicatária convocada não assinar o contrato e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante para fazê-lo, nas condições propostas pelo licitante vencedor, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, conforme estabelece o § 2º do art. 90 da Lei 14.133/21.

15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 15.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá:

15.6.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

15.6.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização são os estabelecidos no Anexo V.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA SIGNATÁRIA/CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Signatária/Contratada são as estabelecidas na Ata de Registro de Preços (Anexo V).

18. DO PAGAMENTO

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Ata de Registro de Preços (Anexo V).

19. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

19.1. Os critérios de reajuste são os estabelecidos na Ata de Registro de Preços (Anexo V).

20. DAS SANÇÕES

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:

20.1.1. deixar de entregar documentação exigida para o certame;

20.1.1.1. pena: **impedimento de licitar e contratar** com o Município de Lajeado pelo período de **6 (seis) meses,** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.2.1. pena: **impedimento de licitar e contratar** com o Município de Lajeado pelo período de **6 (seis) meses,** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.3.1. pena: **impedimento de licitar e contratar** com o Município de Lajeado pelo período de **12 (doze) meses,** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão eletrônico;

20.1.4.1. pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **36 (trinta e seis) meses,** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.1.5. fraudar o pregão eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;

20.1.5.1. pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **36 (trinta e seis) meses,** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.6.1. pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **36 (trinta e seis) meses,** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

20.1.7.1. pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **48 (quarenta e oito) meses,** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013;

20.1.8.1. pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **60 (sessenta) meses,** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.2. Além das penalidades previstas acima, os licitantes ficarão sujeitos, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.2.1. Multa de 10% sobre o valor anual estimado da contratação, por qualquer das infrações dos subitens **20.1.1 a 20.1.8**;

20.2.2. demais penalidades referidas no Título IV da Lei n. 14.133/2021, no que couber.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

20.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

20.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

20.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. Caso o licitante não pague a multa aplicada e as indenizações cabíveis no prazo previsto, o valor será descontado da garantia prestada, se houver, dos créditos que tem a receber ou cobrado judicialmente.

20.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n. 14.133, de 2021.

20.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Anexo V.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. Não haverá exigência de garantia contratual para a presente contratação.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior é facultado, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital considerar-se-ão:

22.2.1. Salvo ressalva expressa, todos os horários estabelecidos neste Edital observarão o horário de Brasília (DF).

22.2.2. Salvo ressalva expressa, todos os prazos em dias estabelecidos neste Edital serão consecutivos.

22.2.3. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis (de expediente no Município de Lajeado).

22.2.4. Excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

22.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.4. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto desta licitação, em estrita consonância com o item 8 do Termo de Referência**.**

22.5. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as alterações que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21.

22.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do interesse público.

22.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.9. A presente licitação poderá ser revogada por motivo de conveniência e oportunidade, ou anulada, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, nos termos do art. 71 da Lei 14.133/21.

22.10. Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado no portal do Município de Lajeado (www.lajeado.rs.gov.br), no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (www.pncp.gov.br), no Diário Oficial do Município e no Portal do Licitacon, mantido pelo TCE/RS(www.tce.rs.gov.br).

22.11. As questões decorrentes do presente instrumento que não forem dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Lajeado/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Lajeado,03 de novembro de 2026.

Gláucia Schumacher
Prefeita

Natanael Zanatta
Procurador-Geral
OAB/RS 73.302

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Município de Lajeado/RS
Ref.: Pregão Eletrônico n. 66/2026.

Apresentamos a V. Senhoria nossa proposta de preços, detalhada na tabela abaixo, para fornecimento do objeto que trata o **Pregão Eletrônico n. 66/2026**, conforme especificação constante no Edital e seus Anexos.

Razão Social:	
CNPJ:	
Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte? Sim ( ) Não( )	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	E-mail:
Telefone:	Fax:
Banco:	Conta Bancária:
N. da Agência:	
Representante para assinatura do Contrato:	
CPF do Representante:	

LOTE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE ESTIMADA	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 01					
1					
2...					
				Valor Total (R$)	

(*Concordamos com todas as especificações do Edital.
PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO: Conforme o Edital.
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 90 dias.

Local e data

_____
Assinatura do representante legal

ANEXO IV-A

DECLARAÇÃO

A empresa Razão Social)___, inscrita no CNPJ n. _____, DECLARA, para os de
dos fins e sob os ditames da lei que não possui e não contratará durante a vigência da avença decorrente deste certame empregados ou sócios que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de agentes públicos municipais, nos termos do art. 7º da Lei nº 14.133/21.

Declara que nos termos do art. 7º, XXXIII da CF/88, não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalhador menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar eventuais ocorrências supervenientes.

DECLARA que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

DECLARA também não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH n. 2/11 e não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1° e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal; do Decreto n. 5.017/04 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

Declara que os objetos/serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

DECLARA, que tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto deste Pregão Eletrônico n. 66/2026.

Local e data

_____

Carimbo da empresa/Assinatura do representante legal

ANEXO IV-B

DECLARAÇÃO ME/EPP

_____ [denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº_____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no item ____ do Edital de _____ n° ___/____ e sob as penas da lei, atender os requisitos para enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte e não incorrer em qualquer dos impedimentos para se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado correspondente conferido pela legislação em vigor, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06.Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

c) NÃO firmou contratos com a Administração Pública, no ano corrente, que extrapolem os limites impostos pelo art. 4º da Lei 14.133/21.

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990)

Local e data

_____

Carimbo da empresa/Assinatura do representante legal

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - MINUTA
Nº …-0…./202…..

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - MINUTA
Nº …-0…./202…..

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 66/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37252/2026
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos …… dias do mês de …….. do ano de dois mil e vinte e ….., o **MUNICÍPIO DE LAJEADO-RS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 87.297.982/0001-03, neste ato representado pela Prefeita, Sra. Gláucia Schumacher, brasileira, inscrita no CPF sob o n° 760.273.410-68, residente e domiciliada em Lajeado-RS, doravante denominado **MUNICÍPIO**, resolve REGISTRAR o preço oferecido pela empresa **……..**, inscrita no CNPJ sob nº ……..…., com sede na Rua ..., doravante denominada **DETENTORA**, neste ato representada por seu(a) responsável legal, Sr(a). ….., nacionalidade, profissão, inscrito(a) no CPF sob o nº …., residente e domiciliado(a) na ….., em face da proposta classificada em primeiro lugar no Pregão na Forma Eletrônica nº 66/2026, elaborado com fulcro na Lei Federal 14.133/2021, nos Decretos Municipais nº 13.286/23 e nº 13.287/23, Portaria n.º 35.031/2025 e demais normas aplicáveis, para a eventual aquisição, nas condições estabelecidas neste instrumento, dos objetos abaixo discriminados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – É objeto desta Ata o registro de preços para a aquisição sob demanda, de móveis de escritório e materiais para as escolas da rede municipal de ensino do município de Lajeado/RS**,** conforme as disposições estabelecidas no Pregão na Forma Eletrônica nº 66/2026, seu Termo de Referência, e a proposta da DETENTORA, independentemente de transcrição para este instrumento, constantes no Processo Licitatório n° 37252/2026, de acordo com o que segue:

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	CADEIRA FIXA ESTOFADA - Cadeira fixa com estrutura em tubo de aço (diâmetro mínimo de 7/8 com espessura de parede mínima de 1,0mm) para os pés, com travessas de reforço soldadas pelo processo MIG. Pés com ponteiras plásticas internas em polipropileno. Proteção da superfície metálica com tratamento anticorrosivo/desengraxante e	80	UND	511,67	40.933,60

	pintura eletrostática em epóxi-pó com cura em estufa. Assento (aprox. 440mm x 395mm) e encosto (aprox. 370 mm x 290 mm) em madeira compensada com almofada de espuma injetada de alta densidade revestida em couro sintético (courvin). Fixação à estrutura por parafusos com porca garra embutida. Altura do assento ao chão de aproximadamente 460 mm. O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT.				
2	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS ESTOFADA - Cadeira de escritório giratória, ergonômica, com base de 5 hastes em aço com proteção anticorrosiva, capa em polipropileno e rodízios duplos com banda em poliuretano (PU) de no mínimo 50mm. Regulagem de altura do assento por coluna a gás com curso mínimo de 120mm. Mecanismo de reclinagem do encosto com travamento em múltiplas posições e regulagem de altura da cúpula do encosto. Assento estofado em espuma injetada (densidade mínima de 50 kg/m³), revestido em couro sintético/courvin preto. Encosto em estrutura termoplástica revestido com tela respirável 100% poliéster. Braços com regulagem 3D (altura e profundidade). O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT .**COTA PRINCIPAL**	90	UND	1.926,00	173.340,00

3	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS ESTOFADA - Cadeira de escritório giratória, ergonômica, com base de 5 hastes em aço com proteção anticorrosiva, capa em polipropileno e rodízios duplos com banda em poliuretano (PU) de no mínimo 50mm. Regulagem de altura do assento por coluna a gás com curso mínimo de 120mm. Mecanismo de reclinagem do encosto com travamento em múltiplas posições e regulagem de altura da cúpula do encosto. Assento estofado em espuma injetada (densidade mínima de 50 kg/m³), revestido em couro sintético/courvin preto. Encosto em estrutura termoplástica revestido com tela respirável 100% poliéster. Braços com regulagem 3D (altura e profundidade). O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT.**COTA EXCLUSIVA**	30	UND	1.926,00	R$ 57.780,00
4	MESA RETANGULAR - Mesa reunião retangular: Mesa retangular com tampo em MDP 25mm com bordas de 0,45mm. Painel lateral em 25mm ou pés metálicos em chapa de aço; painel frontal em MDP 15mm, sistema de fixação com parafusos com rosca milimétrica em buchas metálicas. Medidas:2000x1100x740mm.	8	UND	1.997,00	15.976,00

5	ARMÁRIO ALTO COM 2 PORTAS - Armário confeccionado em MDP de espessura mínima de 15mm, revestido em melamínico de baixa pressão (BP). Fundo em chapa de fibra/MDP com espessura mínima de 3mm. Proteção de bordas em fita de PVC aplicadas por processo térmico (hot-melt). Base/Rodapé: Estrutura metálica em tubo de aço (seção aproximada de 20x40mm, parede mínima de 1,0mm), com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática em epóxi-pó. Com sapatas niveladoras rosqueáveis. Acessórios: Puxadores e fechadura metálica com chave (com chave reserva). Dimensões aproximadas: 1600mm x 1000mm x 450mm (A x L x P). O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT.	50	UND	1.391,00	69.550,00
6	ARMÁRIO BAIXO - Armário baixo com duas portas: Estrutura e Fechamento: Confeccionado em painéis de MDP com espessura mínima de 15mm, revestido em melamínico de baixa pressão (BP). Fundo em chapa de fibra/MDP com espessura mínima de 3mm. Proteção de bordas em fita de PVC aplicadas por processo térmico (hot-melt). Composto por 2 (duas) portas e 1 (uma) prateleira interna. Base/Rodapé: Estrutura metálica em tubo de aço (seção aproximada de 20x40mm, espessura de parede mínima de 1,0mm), com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática em epóxi-pó. Equipado com sapatas niveladoras rosqueáveis para ajuste de nível. Acessórios: Puxadores e fechadura metálica com chave (acompanhada de chave reserva).	20	UND	922,67	18.453,40

	Dimensões aproximadas: 720mm x 1000mm x 415mm (A x L x P). O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT. O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT.				
7	ARQUIVO DE 04 GAVETAS - Arquivo confeccionado em painéis de MDP com espessura mínima de 15mm, revestido em laminado melamínico de baixa pressão (BP). Fundo do móvel e/ou fundos de gaveta em chapa de fibra de alta densidade/MDP com espessura mínima de 3mm. Proteção de bordas em fita de PVC aplicadas por processo térmico (hot-melt). Com 4 quatro gavetas sobre corrediças para pastas suspensas. Dimensões aproximadas: 1225mm x 460mm x 450mm (A x L x P). O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes aplicáveis da ABNT.	10	UND	1.107,33	11.073,30
8	GAVETEIRO VOLANTE - Gaveteiro volante com gavetas: Gaveteiro confeccionado em painéis de MDP com espessura mínima de 15mm, revestido em laminado melamínico de baixa pressão (BP). Fundo do móvel e/ou fundos de gaveta em chapa de fibra de alta densidade/MDF/MDP de no mínimo 3mm. Acabamento de bordas em fita de PVC coladas por processo térmico (hot-melt).Com 3 (três) gavetas, sendo 2 (duas) gavetas simples para acessórios/documentos e 1 (uma) gaveta para pastas suspensas com trilhos e corrediças. Dimensões aproximadas: 680mm x 460mm x 450mm (A x L x P). O produto deve estar em conformidade	30	UND	896,00	26.880,00

	com as normas vigentes aplicáveis da ABNT.				
9	ARMÁRIO COM 2 PORTAS - Armário de aço 2 portas: Armário de aço com duas portas de abrir, confeccionado em chapa de aço tratado anticorrosivamente, com espessura mínima de 0,45mm (chapa nº 26 ou superior). Com 3 (três) prateleiras internas reguláveis em altura. Com portas de abrir com reforço interno tipo ômega, estampo perfurado, sistema de travamento e fechadura metálica com chave (com chave reserva). Tratamento antiferruginoso/desengraxante e pintura eletrostática a pó com cura em estufa. Dimensões aproximadas: 1740 mm x 760mm x 330 mm (A x L x P).	5	UND	1.713,00	8.565,00
10	ARMÁRIO DE AÇO - Armário de aço 8 portas: Armário de aço com 8 (oito) portas dispostas em sistema sobreposto. Confeccionado em chapa de aço tratado anticorrosivamente, com espessura mínima de 0,45 mm (chapa nº 26 ou superior). Portas com fechamento por fecho do tipo pitão para cadeado, suporte para porta-etiquetas frontal e sistema de ventilação. Com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática a pó na cor cinza cristal. Dimensões aproximadas: 1900mm x 1250mm x 420mm (A x L x P).	2	UND	2.907,00	5.814,00
11	ESTANTE DE AÇO SIMPLES - Estante de aço confeccionada em chapa de aço, com espessura mínima de 0,45mm (chapa nº 26 ou superior). Composta por 6 (seis) prateleiras e reforço estrutural traseiro em formato de "X". Dimensões aproximadas: 1980mm x	5	UND	697,67	3.488,35

	920mm x 300mm (A x L x P).				
12	ESTANTE DE AÇO TIPO DUPLA FACE - Estante de aço dupla: Estante de aço dupla com doze prateleiras (seis de cada lado) com reforços estruturais. Confeccionada em chapa de aço 26 ou superior (espessura mínima de 0,45 mm). Com pintura eletrostática a pó na cor cinza cristal. Medidas aproximadas: 1980X920X580 mm (AxAxP).	6	UND	2.949,00	17.694,00
13	POLTRONA FERRADURA - Poltrona de espera tipo ferradura, com estrutura em madeira, assento reforçado por percintas elásticas. Revestimento em corino, couro sintético ou ecológico (corino ou courvim), na cor preta. Densidade mínima D26, tipo de encosto em formato côncavo (tipo ferradura), com espuma laminada no assento. Dimensões aproximadas: altura de 80 cm, largura de 67 cm, profundidade de 66 cm; altura do chão até o assento 38 cm, com sapatas niveladoras. Com capacidade de suportar no mínimo 120 Kg.	20	UND	455,00	9.100,00
14	LIXEIRA CILÍNDRICA (SOSUR) - Lixeira plástica para escritório: Lixeira redonda na cor preta com tampa. Confeccionada em plástico polipropileno injetado (PP), com alças ergonômicas, superfície polida. Capacidade: de 10 a 12 litros. Medidas aproximadas: Altura 27 cm, Diâmetro: 25 cm.	80	UND	16,08	1.286,40
15	MESA COLETIVA REDONDA - Mesa para biblioteca: Mesa redonda com estrutura cinza de aço e pintura eletrostática, tampo em mdf cor branca ou cinza, pé central.	6	UND	1.267,00	7.602,00

	Dimensões aproximadas: 120X75 cm (LxA).				
16	CADEIRA ESCOLAR - Cadeira para biblioteca: Cadeira com assento e encosto cor cinza, estrutura cor cinza em aço carbono, pintura eletrostática, assento e encosto ergonômico, altura de aproximadamente 46 cm.	30	UND	373,5	11.205,00
				Valor Total de Referência:	R$ 478.741,05

§1º A DETENTORA deverá fornecer móveis de escritório e materiais destinados às escolas da rede municipal de ensino do Município de Lajeado/RS, conforme as especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e na proposta vencedora.

§2° Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas para cada item, especialmente quanto às características, dimensões, materiais de fabricação, acabamento e demais requisitos de qualidade, observadas as normas vigentes aplicáveis da ABNT, quando exigidas.

§3º fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Nota de Empenho e respectiva Ordem de Compra ou Autorização de Fornecimento, não havendo obrigação de aquisição dos quantitativos totais registrados.

§4º A execução do objeto obedecerá às seguintes etapas:

Da Solicitação: a Secretaria demandante emitirá e encaminhará à DETENTORA a Ordem de Compra ou Autorização de Fornecimento, acompanhada da respectiva Nota de Empenho, discriminando os itens e as quantidades solicitadas.;
Da Confirmação:a DETENTORA deverá confirmar formalmente o recebimento do pedido, por meio eletrônico (e-mail), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis.
Da Entrega: a DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no prazo estabelecido no edital, observando as condições e os locais indicados na presente Ata e na respectiva Nota de Empenho, responsabilizando-se pelo transporte e descarregamento dos produtos.
Da Conferência: a fiscalização verificará, no ato da entrega, as quantidades, a integridade e as condições aparentes dos produtos recebidos, confrontando-os com a Ordem de Compra ou Autorização de Fornecimento e a respectiva Nota de Empenho.
Do Recebimento Provisório: será realizado no ato da entrega, pelo fiscal da Ata ou profissional responsável pelo recebimento, para posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações do Termo de Referência e do empenho emitido.
Do Recebimento Definitivo: será realizado pelo fiscal ou comissão designada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo formal e motivado que ateste a conformidade dos produtos fornecidos, afastando-se o recebimento tácito

§5º Os produtos deverão ser entregues e descarregados às expensas da DETENTORA no depósito Porto Seco, Pavilhão 7, localizado na Rua Carlos Sphor Filho, nº 1968, Bairro Moinhos, Lajeado/RS, mediante prévio agendamento junto ao Setor de Patrimônio da Secretaria de Educação, pelo telefone (51) 3982-1256, observados os seguintes dias e horários:

I. de segunda a quinta-feira, das 8h30min às 11h e das 13h30min às 16h30min;
II. às sextas-feiras, das 8h30min às 13h30min.

§6° A DETENTORA deverá dispor de pessoal devidamente orientado e capacitado para realizar a entrega e o descarregamento dos materiais, responsabilizando-se integralmente pela execução dessas atividades.

§7º A DETENTORA obriga-se a substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem avarias, defeitos, desconformidades ou divergências em relação às especificações do Termo de Referência, do edital ou da respectiva Nota de Empenho, conforme solicitação da fiscalização, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§8° Caso seja exigida amostra ou catálogo técnico para o item licitado, a DETENTORA deverá assegurar que os produtos efetivamente entregues correspondam às características, especificações, marca e apresentação aprovadas no procedimento licitatório.

§9° Não será admitida a subcontratação do objeto desta Ata de Registro de Preços, considerando que a contratação consiste no fornecimento de móveis de escritório e materiais.

§10. A DETENTORA será integralmente responsável pelos danos pessoais e materiais causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros em decorrência do fornecimento dos produtos, inclusive durante o transporte, a entrega e o descarregamento, sem prejuízo das demais responsabilidades legais.

§11. O preço registrado compreende todos os custos necessários ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços, incluindo mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios, transporte, deslocamento, seguros, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, sociais e comerciais, EPIs, EPCs e demais despesas incidentes sobre o objeto, sem qualquer ônus adicional para o MUNICÍPIO.

§12. A DETENTORA deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, bem como cumprir as obrigações assumidas e comunicar à Administração qualquer fato que possa comprometer a execução do objeto.

§13. A contratação dos produtos objeto desta Ata é eventual, não obrigando o MUNICÍPIO a efetivar as aquisições, inexistindo para a DETENTORA direito à contratação de quantitativo mínimo ou ao ressarcimento por eventuais prejuízos decorrentes de faturamento inferior ao pretendido.

§14. É de total responsabilidade da DETENTORA o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e, se necessário, dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), bem como de uniformes completos (incluindo calçado apropriado, protetor solar, boné, crachá etc.) indispensáveis à execução do objeto, comprometendo-se também a fiscalizar a obrigatoriedade de seu uso por todos os colaboradores envolvidos.

§15. Para subsidiar a presente Ata de Registro de Preços, serão observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), no que couber.

§16. Os quantitativos registrados poderão ser acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), caso haja interesse do MUNICÍPIO, conforme previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

§17. A contratação dos serviços objeto desta Ata é eventual, não obrigando o MUNICÍPIO a efetivá-los, e a celebração deste instrumento não gera expectativa de faturamento para a

DETENTORA, não lhe cabendo o direito ao ressarcimento por eventuais prejuízos decorrentes de um faturamento inferior ao pretendido.

§18. Integra o objeto desta Ata de Registro de Preços todos os custos inerentes: desde o material e o deslocamento dos equipamentos até as despesas com operação, manutenção, documentação, seguros, combustíveis, deslocamento de veículo(s) aos locais de prestação dos serviços, bem como o valor da mão de obra, dos equipamentos, ferramentas, utensílios, transporte necessário e o fornecimento dos EPIs e EPCs – estes últimos em conformidade com a legislação e normativas técnicas vigentes – acrescidos de encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, taxas, tributos, alvarás e quaisquer outras despesas, incluindo seguros de responsabilidade civil por danos pessoais e materiais a terceiros e ao MUNICÍPIO DE LAJEADO-RS, além do seguro dos trabalhadores contra acidentes, sem qualquer ônus ou solidariedade por parte do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEGUNDA – O acompanhamento e fiscalização desta Ata de Registro de Preços ficará a cargo da servidora Lisângela Possamai, que poderá ser contatada pelo e-mail lisangela.possamai@educalajeado.rs.gov.br, telefone (51) 3982-1061. A gestão será exercida pela Secretária Municipal da Educação, Sra. Adriana Isabel Zanatta Vettorello, que poderá ser contatada pelo e-mail: adriana.vettorello@educalajeado.rs.gov.br, telefone (51) 3982-1053. Estas anotarão em livro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, tendo amplos poderes para recusar e/ou sustar os serviços que não tenham sido executados de acordo com as normas pertinentes, sendo que:

a) as decisões e providências que ultrapassem a sua competência serão solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

b) a Fiscalização deste instrumento será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do MUNICÍPIO, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, consoante disposto no artigo 117, §3º, da Lei 14.133/2021.

a) §1° As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pelo MUNICÍPIO para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações contratuais, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
b)
c) §2° O conjunto de atividades de gestão e fiscalização, são exercidas de acordo com as seguintes disposições:

a) **Gestor (a):** coordenar as atividades de fiscalização da Ata de Registro de Preços; indicar existência de recurso orçamentário nas hipóteses de aditivo contratual; analisar e decidir as demandas recebidas dos fiscais, acompanhadas de suas manifestações; acompanhar o prazo de execução e vigência do contrato; atestar a realização da despesa, após ateste do fiscal; encaminhar os autos conclusos para pagamento à Secretaria da Fazenda à unidade de orçamento e finanças; encaminhar à unidade competente documentos pertinentes à prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventuais aplicações de sanções e extinção do contrato.

b) **Fiscal:** acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços de acordo com o projeto básico; registrar todas as ocorrências e irregularidades relacionadas com a execução da Ata de

Registro de Preços; acompanhar a regularidade da execução dos serviços e as ocorrências evidenciadas; comunicar ao Gestor da Ata de Registro de Preços eventuais inadimplementos das obrigações contratuais, propondo aplicação de penalidades e, se for o caso, a rescisão contratual; solicitar à DETENTORA correções e/ou substituições quando do recebimento de serviços divergentes da Ata de Registro de Preços; atestar a regularidade da prestação dos serviços e encaminhá-la ao Gestor da Ata de Registro de Preços para atesto da despesa, realizar o recebimento provisório dos serviços; acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; analisar, por amostragem, os comprovantes de recolhimento mensal das contribuições previdenciárias estabelecidas para o empregador e seus empregados; comprovantes de recolhimento mensal do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; comprovante de pagamento de salários, vale- transporte, auxílio-alimentação e demais obrigações contidas na convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa; comunicar ao Gestor da Ata de Registro de Preços eventuais inadimplementos das obrigações contratuais, recomendando a aplicação de penalidades; calcular multas; certificar a regularidade da documentação analisada e encaminhá-la ao Gestor da Ata de Registro de Preços para atesto da despesa.
d)
e) §3° É direito da Fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos nesta Ata de Registro de Preços, no Edital de Pregão na Forma Eletrônica n° 55/2026, no Termo de Referência e/ou na proposta da DETENTORA, devendo esta reparar, corrigir ou substituir os serviços e peças rejeitados pela fiscalização.
f)
g) §4° Quaisquer exigências da FISCALIZAÇÃO, inerente ao objeto deste instrumento, deverão ser prontamente atendidas pela DETENTORA, sem ônus para o MUNICÍPIO.
h)
i) §5° A fiscalização exercida no interesse do MUNICÍPIO não exclui nem reduz a responsabilidade da DETENTORA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
j)
k) §6° A DETENTORA será responsável pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros em razão da execução desta Ata de Registro de Preço, e a fiscalização ou o acompanhamento pelo MUNICÍPIO não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, prorrogável, na forma do art. 84, da Lei n° 14.133/2021, e artigo 18, *caput*, do Decreto Municipal n° 13.287/2023, por igual período.

§1º Os quantitativos registrados poderão ser renovados quando da prorrogação da ARP, desde que seja comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de mercado promovida nos termos do art. 5° do Decreto Municipal no 13.264/2023.

Na ocasião da renovação, os preços praticados nesta Ata de Registro de Preços, decorrido um ano da data da proposta ajustada **ocorrida em XX.XX.XXXX**, poderão ser reajustados através de índice a ser definido, anualmente, por Decreto Municipal.

Compete à DETENTORA protocolar, a partir do termo final do período aquisitivo do direito, o pedido junto ao MUNICÍPIO, o qual terá o prazo de trinta dias, para decidir sobre o pedido, uma vez aprovado o reajustamento, este retroagirá para a data do fato gerador do

direito, salvo se a DETENTORA protocolar o pedido decorridos mais de trinta dias da data termo, quando o reajustamento será concedido a partir da data do protocolo.

§2º Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência na execução, em igualdade de condições.

§3º A Administração não emitirá qualquer solicitação de aquisição sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA QUARTA – O recebimento do objeto será formalizado seguindo o seguinte rito:

a) **Recebimento Provisório:** Será realizado no ato da entrega dos materiais, pelo Fiscal ou profissional responsável pelo recebimento, para posterior verificação da conformidade com as especificações do Termo de Referência e com a solicitação emitida pela Secretaria demandante. Caso sejam constatadas avarias, irregularidades ou divergências, a DETENTORA deverá providenciar as substituições ou correções necessárias, conforme os prazos estabelecidos no Edital e nesta Ata.

b) **Recebimento Definitivo**: Será efetuado pelo Fiscal ou pela comissão designada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade do objeto com as condições estabelecidas no Termo de Referência e na respectiva Nota de Empenho, mediante formalização, afastando-se o recebimento tácito.

Parágrafo Único. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento dos materiais e serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

CLÁUSULA QUINTA – A contratação junto à DETENTORA será formalizada pela Secretaria interessada por intermédio de instrumento contratual e/ou emissão de nota de empenho de despesa, que deverá ser emitido com quantidades e valores certos e determinados, de acordo com a estrita necessidade da Administração, sendo vedada qualquer contratação por demanda ou estimativa de aquisição.

§1º As Ordens de Compras dos serviços objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Secretário Municipal responsável e, no caso dos órgãos usuários do Registro de Preços, pela respectiva autoridade responsável.

§2° A emissão das Ordens de Compras, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizadas pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA SEXTA – Os quantitativos dos objetos solicitados, serão pagos pela dotação constante na respectiva Nota de Empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, em conformidade com o art. 6º do Decreto Municipal nº 13.986/2025, após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal da Ata de Registro de Preços, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário..

§1º A liquidação da despesa, conforme o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, está condicionada à apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA e ao ateste do recebimento definitivo do objeto

pelo fiscal do contrato ou pela comissão designada.

§2º O recebimento do objeto observará as etapas de recebimento provisório e definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021. Após o recebimento definitivo e a certificação do gestor de que os bens ou serviços atendem integralmente às especificações do Termo de Referência, a Nota Fiscal será encaminhada para liquidação.

§3º Em caso de controvérsia quanto à quantidade ou qualidade dos bens ou serviços, o pagamento da parcela incontroversa será liberado, retendo-se os valores correspondentes à parte controversa até a sua regularização.

§4º O pagamento será realizado mediante crédito em conta bancária de titularidade da CONTRATADA, sendo de sua exclusiva responsabilidade manter os dados bancários atualizados, sob pena de exclusão da lista classificatória de credores até a regularização, conforme art. 9º, inciso V, do Decreto Municipal nº 13.986/2025.

§5º Para a realização do pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar, em arquivo digital (formato PDF), os seguintes documentos:

a) Comprovante de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e o INSS;
b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
e) Certidão Negativa de Débitos Municipais.

§6º Após a conferência da documentação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Fiscal encaminhará o processo ao Gestor desta Ata de Registro de Preços para as providências relativas ao pagamento.

§7º No ato do pagamento serão processadas as deduções e retenções legais previstas na legislação vigente, abrangendo tributos e contribuições sociais, inclusive o ISSQN incidente sobre os serviços prestados. Independentemente dos percentuais destacados na Nota Fiscal, aplicar-se-ão os índices estabelecidos nas normas legais e regulamentares aplicáveis.

§8º O MUNICÍPIO poderá compensar valores de multas aplicadas com créditos devidos e ainda não pagos à CONTRATADA. Caso não haja créditos suficientes, o valor remanescente será cobrado mediante Documento de Arrecadação de Receitas Municipais (DARM) e, em caso de inadimplemento, inscrito em Dívida Ativa.

§9º Havendo erro na Nota Fiscal ou nos documentos apresentados, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento permanecerá suspenso até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras. O prazo para pagamento contará a partir da regularização e reapresentação da Nota Fiscal, sem que isso implique qualquer ônus adicional ao MUNICÍPIO.

§10. Constatada irregularidade na documentação ou na execução dos serviços, a Nota Fiscal será devolvida à CONTRATADA, acompanhada das informações que motivaram sua rejeição.

§11. É vedada a antecipação de pagamento por serviços não executados ou executados de forma parcial.

§12. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas, tributos e contribuições sociais eventualmente devidos, inclusive encargos moratórios incidentes sobre entrega de faturamento em atraso.

§13. O não pagamento das multas no prazo fixado implicará a inscrição da CONTRATADA em Dívida Ativa, nos termos da legislação municipal.

§14. Nos casos de atraso de pagamento imputável ao MUNICÍPIO, a CONTRATADA fará jus à compensação financeira calculada pela fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;

$$I = (TX) \qquad \frac{(6 / 100)}{365} \qquad 00016438[redacted]$$

Percentual da taxa anual = 6%

§15. Somente será autorizado o pagamento, pela autoridade competente, a fornecedores que estiverem quites com a Fazenda Municipal de Lajeado/RS. (Art. 2º, V, do Decreto Municipal nº 12.513/2022).

CLÁUSULA OITAVA – Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a DETENTORA:

a) não produziu os resultados acordados;
b) deixou de entregar os produtos contratados, ou
c) não os fez com o mínimo de qualidade e quantidade exigida;

Parágrafo Único. A aplicação de descontos/glosas em função do descumprimento de critérios de qualidade, avaliação de resultados e/ou níveis mínimos de serviço exigidos não concorre com a aplicação (concomitante ou não) das sanções administrativas previstas nesta Ata de Registro de Preços, inclusive daquelas previstas em função do reiterado descumprimento dos critérios de qualidade dos produtos/serviços, sendo essa uma prerrogativa do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

§1º O MUNICÍPIO, semestralmente, realizará a verificação dos preços praticados no mercado para os objetos desta Ata, na forma do artigo 5° do Decreto Municipal 13.264/2023, quando:

a) a variação dos percentuais dos índices setoriais relativos ao item forem superiores a 5%;

b) a cotação do objeto for vinculada à variação cambial e seus índices atingirem percentuais superiores a 5%;

c) se tratar de objeto cuja tecnologia tenha potencial risco de desatualização acelerada que interfira nos preços.

§2º Não ocorrendo a variação prevista nas alíneas “a” e “b” do parágrafo anterior, restará

dispensada a pesquisa mercadológica.

§3º Não existindo índice setorial relativo aos objetos, nos termos da alínea “a” do parágrafo anterior, deverá ser utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

§4° Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará a DETENTORA para negociar a redução dos preços. Caso a DETENTORA não aceitar reduzir seus preços, aos valores praticados pelo mercado, será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

§5° Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a DETENTORA não puder cumprir com o compromisso, o órgão gerenciador poderá aceitar a solicitação de revisão dos preços registrados, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento e a partir dos motivos e dos comprovantes apresentados pela DETENTORA, com base em nova pesquisa de mercado, preservando a economia obtida no procedimento licitatório.

a) Após trinta dias da protocolização do requerimento de revisão, sem que o órgão gerenciador tenha se manifestado conclusivamente quanto ao requerido, a DETENTORA poderá requerer a suspensão da emissão de novos pedidos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

b) Viabilizada a negociação, o novo valor registrado, que constará também no termo de apostilamento ao contrato dele decorrente, terá efeito retroativo à data do protocolo do pedido.

§6° Uma vez não sendo possível o ajuste entre as partes, caberá ao órgão gerenciador:

a) Liberar a DETENTORA do compromisso assumido, se confirmada a pertinência da motivação apresentada. Caso a motivação apresentada pelo fornecedor não seja acolhida pelo MUNICÍPIO, o descumprimento da obrigação de fornecer ensejará a aplicação das sanções cabíveis;
b) Convocar os demais fornecedores, constantes no cadastro reserva, caso registrados, observada a ordem de registro e de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação;
c) Na hipótese de não haver fornecedores integrando o cadastro reserva, o órgão gerenciador promoverá negociações com os licitantes remanescentes da licitação, nos termos previstos no artigo 20, §§ 2º e 3º, do Decreto Municipal 13.287/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações da DETENTORA:

a) Manter, durante toda a vigência desta Ata de Registro de Preços, as condições, qualificação e demais obrigações assumidas, em conformidade com o Edital da licitação;
b) Indicar um preposto, informando seus contatos telefônico e eletrônico, que a represente durante toda a execução desta Ata;
c) Atender prontamente, em casos de solicitações extraordinárias, as demandas formuladas pelo MUNICÍPIO;
d) Executar os serviços ou fornecer os objetos contratados em perfeitas condições, cumprindo rigorosamente as especificações, os prazos e os locais indicados pela Fiscalização, mesmo que, para tanto, seja necessário adquirir insumos de concorrentes, desde que tal procedimento seja formalizado e autorizado previamente;
e) Prestar todos os esclarecimentos que o MUNICÍPIO eventualmente solicitar;
f) Fornecer, sempre que requerido pelo MUNICÍPIO, os comprovantes de pagamento dos

empregados bem como dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução deste instrumento;

g) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato a terceiros, sem a prévia e expressa anuência do MUNICÍPIO;
h) Não utilizar ou caucionar esta Ata de Registro de Preços para fins de operações financeiras, sem a prévia e expressa anuência do MUNICÍPIO, sob pena de rescisão contratual;
i) Manter, durante toda a vigência desta Ata, um quadro de pessoal suficiente e qualificado para o atendimento integral das solicitações, sem interrupções decorrentes de férias, descanso semanal, licenças, faltas justificadas ou demissões;
j) Utilizar pessoal devidamente qualificado, identificado, uniformizado e equipado com os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) exigidos pela legislação, adotando medidas para substituir imediatamente qualquer colaborador cujo comportamento seja considerado impróprio pelo MUNICÍPIO;
k) Responder por quaisquer danos, de ordem pessoal ou material, causados por seus funcionários durante a execução dos serviços ou fornecimento dos bens;
l) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, quaisquer defeitos ou danos que venham a ocorrer em decorrência dos serviços prestados ou dos produtos fornecidos;
m) Relatar ao MUNICÍPIO, tempestivamente, toda e qualquer irregularidade detectada durante a execução desta Ata;
n) Indenizar o MUNICÍPIO e/ou terceiros por prejuízos ou danos causados, por dolo ou culpa, no curso da execução desta Ata;
o) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto contratado, em conformidade com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
p) Comunicar à Secretaria demandante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para o início da instalação, os motivos que possam impedir o cumprimento do prazo estipulado, acompanhados de comprovação pertinente, sem prejuízo da aplicação de penalidades caso a justificativa seja rejeitada.

§1º O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a avaliações, inspeções e diligências para esclarecer qualquer situação relativa ao fornecimento do objeto contratado, sendo a DETENTORA obrigada a colaborar integralmente.

§3º A DETENTORA será a única responsável pelo pagamento de encargos sociais, taxas, tributos, alvarás e quaisquer outras despesas que incidam sobre os serviços ou bens fornecidos. Ademais, responderá pelas obrigações decorrentes do vínculo empregatício e pelas obrigações previdenciárias, conforme a legislação trabalhista e previdenciária aplicável, em casos de reclamações, ações de responsabilidade civil e penal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O MUNICÍPIO obriga-se a:

a) Solicitar, em tempo hábil, à DETENTORA os bens necessários para atender às suas demandas;
b) Fiscalizar o cumprimento desta Ata por meio dos servidores por ele designados;
c) Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as disposições desta Ata de Registro de Preços, com o Edital da Licitação e com a proposta apresentada pela DETENTORA;
d) Efetuar o pagamento à DETENTORA, observando rigorosamente a forma e os prazos estabelecidos neste instrumento;

e) Comunicar à DETENTORA quaisquer irregularidades constatadas nos materiais fornecidos ou nos serviços de instalação executados, para que sejam adotadas as providências necessárias à correção, substituição ou adequação do objeto, conforme o caso.

Parágrafo Único. O MUNICÍPIO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela DETENTORA com terceiros, mesmo que vinculados à execução do objeto, nem por eventuais danos causados a terceiros decorrentes de atos da DETENTORA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das sanções administrativas:

§1° A DETENTORA comete infração administrativa, quando:

a) Der causa à inexecução parcial desta Ata de Registro de Preços; **pena**: ADVERTÊNCIA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Der causa à inexecução parcial desta Ata de Registro de Preços causando grave dano ao MUNICÍPIO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; **pena**: IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO pelo período de 12 (doze) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

c) Der causa à inexecução total desta Ata de Registro de Preços ou, sem motivo justificado, ensejar o retardamento da execução dos serviços; **pena:** IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO pelo período de 18 (dezoito) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Prestar declaração falsa, praticar ato fraudulento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução desta Ata de Registro de Preços; **pena:** DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; **pena:** DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de 60 (sessenta) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§2° Além das penalidades previstas acima, a DETENTORA ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às demais penalidades referidas no Título IV da Lei n° 14.133/2021, no que couber, bem como às seguintes sanções:

a) **ADVERTÊNCIA**, em caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana.

b) **MULTA**, nos seguintes casos:

I - Atraso injustificado no início da execução dos serviços, multa moratória de 3% ao dia de atraso, até o limite de 21% sobre o valor contratado;

II - Atraso injustificado na substituição dos produtos recusados pela fiscalização, multa moratória de 3% por dia de atraso, até o limite de 21%, aplicado sobre o montante inadimplido;

III - No caso de inexecução parcial, a multa compensatória aplicada será de até 30% sobre o quantitativo contratado e não fornecido;

IV - No caso de inexecução total, a multa compensatória aplicada será de até 30% sobre o quantitativo contratado.

§3° Poderá ser configurada a inexecução total do objeto quando:

a) a execução de percentual inferior a 30% do contratado, dentro do período de execução;
b) houver atraso injustificado, para início dos serviços, por mais de 07 (sete) dias, após o recebimento pela DETENTORA da solicitação do MUNICÍPIO.
c) outras hipóteses previstas neste instrumento e/ou na legislação.

§4° Além das multas previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas Tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1 – Valores das multas por gravidade das infrações:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R$ 500,00
2	R$ 1.000,00
3	R$ 3.500,00

Tabela 2 – Classificação das infrações por gravidade:

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Deixar de indicar preposto para representá-la em cada contratação.	1
2	Sem justa causa, deixar de substituir empregado quando solicitado pelo MUNICÍPIO, mediante notificação fundamentada. Obs.: a multa será diária enquanto não ocorrer a substituição.	1
3	Executar os serviços de instalação sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, por empregado e por ocorrência.	2
4	Não responder às solicitações do MUNICÍPIO no prazo de 3 (três) dias úteis após a comunicação, por solicitação.	2
5	Deixar de entregar os documentos ou relatórios exigidos neste instrumento, quando solicitados ou aplicáveis, sem prejuízo da necessidade de sua apresentação para o recebimento dos valores devidos.	2
6	Caucionar a presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo de outras sanções.	3
7	Deixar de cumprir com as obrigações estabelecidas na Cláusula Primeira e seus parágrafos, desta Ata de Registro de Preços.	3
8	Fornecer materiais em condições de acondicionamento que comprometam sua integridade ou qualidade.	3
9	Fornecer materiais que não atendam às características ou especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.	3
10	Deixar de corrigir as irregularidades constatadas nos materiais fornecidos ou nos serviços de instalação executados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação formal do MUNICÍPIO.	3

§5° Caso o somatório de todas as multas aplicadas, ao longo da execução deste instrumento, ultrapassar o percentual de 20% sobre seu o valor total, será declarada a inexecução total desta Ata de Registro de Preços.

§6º As penalidades de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

§7º A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§8º Caberá recurso no prazo de 15 dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§9º Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

§10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à DETENTORA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

§11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

§12. Em caso de aplicação da penalidade de multa, a DETENTORA terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação, para realizar o pagamento; este não ocorrendo, a importância será descontada automaticamente dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO, ou em não havendo créditos da DETENTORA, o valor será inscrito como dívida ativa.

§13. A contagem do prazo fluirá a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento, sendo considerado prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se seu vencimento ocorrer no sábado, domingo ou feriado, quando não houver expediente administrativo no Tribunal ou, ainda, quando o expediente for encerrado antes do horário normal de funcionamento.

§14. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§15. Após a aplicação da penalidade, caso o descumprimento da obrigação persista, o MUNICÍPIO poderá proceder a rescisão contratual.

§16. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com

despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

§17. No caso da penalidade prevista se mostrar desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, de forma excepcional e justificadamente, reduzi-la, observando os demais critérios previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Desde que devidamente justificada a vantagem desta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, esta poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§1º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata esta cláusula não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens inicialmente registrados.

§2º O quantitativo decorrente das adesões a esta Ata de Registro dos Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de pleno direito, quando:

1. a DETENTORA não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
2. a DETENTORA não cumprir os prazos estabelecidos e a Administração não aceitar sua justificativa;
3. a DETENTORA der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente deste registro de preços;
4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente desta Ata;
5. a DETENTORA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
6. por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
7. constatação de que a DETENTORA perdeu as condições de habilitação/qualificação exigidas na licitação;
8. a DETENTORA realizar a subcontratação dos objetos, quando não, expressamente, autorizado pelo MUNICÍPIO; e
9. a DETENTORA seja declarada impedida de licitar e contratar, ou ainda, seja declarada inidônea.

§1º A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nos itens acima, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando os comprovantes aos autos que deram origem ao registro de preços.

§2º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se

cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

§3º A solicitação da DETENTORA, para cancelamento dos preços registrados, deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – As PARTES observarão os preceitos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) para o cumprimento dos fins que se propõe a presente Ata de Registro de Preços, comprometendo-se a adotar as medidas técnicas e administrativas necessárias visando a proteção dos dados pessoais.

§1º As PARTES estão cientes que os dados pessoais tratados no âmbito da execução do objeto desta Ata de Registro de Preços deverão ser utilizados exclusivamente para as atividades necessárias a este fim, não podendo ser utilizados para fins alheios ao referido objeto.

§2º As PARTES comprometem-se a atuar, na presente Ata de Registro de Preços, em conformidade com os controles de Segurança da Informação mediante esforço razoável e adequado à legislação aplicável.

§3º Devido às complexidades e particularidades quanto ao tema da LGPD, as PARTES se comprometem a participar de procedimentos de due diligence/gestão de terceiros para demonstrar transparência, segurança, responsabilização e prestação de contas aos titulares de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - As PARTES comprometem-se a registrar de forma estruturada todas as operações de tratamento de dados, avaliações e relatórios de impacto, inclusive as que envolvam atuações por terceiros, efetuadas em razão do objeto da presente Ata de Registro de Preços, cujas definições dos agentes de tratamento serão descritas no Registro de Atividade de Tratamento (RAT) e no Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - As PARTES se comprometem a manter o mais completo sigilo por si, por seus empregados, servidores e prepostos, nos termos da Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527/2011 e da LGPD, cujos teores declaram de seu inteiro conhecimento, todos os dados, informações e documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, compartilhados ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso em decorrência do cumprimento da presente Ata de Registro de Preços, ficando responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos das supracitadas Leis.

Parágrafo único. As PARTES se comprometem a dar conhecimento aos seus prepostos que realizem atividades relacionadas ao objeto contratual, das obrigações acordadas na presente Ata de Registro de Preços, garantindo que o acesso somente seja concedido aos que estejam sob a obrigação de confidencialidade dos dados pessoais tratados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Em caso de subcontratação de qualquer atividade que importe tratamento de dados pessoais para o cumprimento do objeto contratual, a PARTE que subcontratar informará previamente a outra PARTE, que deverá anuir por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos do titulares em observância ao art. 18, da LGPD, bem como no cumprimento de obrigações judiciais e administrativas, para atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, órgãos de controle administrativo ou da

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança verificadas na execução da presente Ata de Registro de Preços.

§ 1º Se uma das PARTES receber uma solicitação do Titular relativa a um tratamento que não seja de sua responsabilidade, deverá notificar imediatamente a PARTE responsável para que adote as providências necessárias para atender a solicitação recebida.

§2º Cada PARTE será responsável perante a outra PARTE por incidente de segurança a que der causa na execução da presente Ata de Registro de Preços, devendo informar por escrito à outra PARTE, de forma detalhada, tão logo tenha ciência da ocorrência, sob pena de incorrer nas penalidades previstas contratualmente. A responsabilidade entre as PARTES é limitada aos danos efetivamente sofridos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Sendo realizada a transferência internacional de dados pessoais para atender às finalidades contratuais, as PARTES se comprometem a atender às exigências da LGPD com o cumprimento de garantias suficientes em relação às medidas de segurança, técnicas e organizacionais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Encerrada a vigência da presente Ata de Registro de Preços as PARTES interromperão o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (sejam em formato físico, digital ou outro qualquer), salvo quando necessitarem mantê-los para cumprimento da obrigação legal ou outra hipótese prevista na LGPD.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Caso exista modificação dos textos legais acima indicados ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura da prestação de serviços ou na execução das atividades ligadas a esta Ata de Registro de Preços, as PARTES comprometem-se a adequar as condições vigentes.

Parágrafo único. Havendo alteração na legislação que impeça a continuidade desta Ata de Registro de Preços, conforme as disposições acordadas, a PARTE deverá notificar formalmente este fato à outra PARTE, que terá o direito de resolver o presente instrumento contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Na divisão regressiva de eventuais penalidades ou indenizações pagas por qualquer das PARTES em decorrência de operações de tratamento de dados relacionadas à da presente Ata de Registro de Preços, cada PARTE será responsável pelos prejuízos que forem decorrentes das suas específicas atribuições.

§1º Eventuais condenações decorrentes do tratamento de dados pessoais realizados em cumprimento de determinações impostas por uma PARTE à outra, nos termos da presente Ata de Registro de Preços, será de responsabilidade exclusiva da PARTE que forneceu as instruções de tratamento.

§2º A PARTE inocente deverá ser ressarcida diante de qualquer desembolso de penalidades ou indenizações advindas do cumprimento das instruções recebidas da outra PARTE no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento de notificação pela responsável.

§3º A PARTE que receber instrução direta ou indireta poderá ser auditada para fins de verificação do cumprimento da instrução exarada pela outra PARTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Integram este instrumento o Edital no Pregão na Forma

Eletrônica nº 66/2026, seus anexos, em especial o Termo de Referência, e a proposta da DETENTORA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – Fica eleito o Foro da Comarca de Lajeado-RS para dirimir as questões resultantes desta Ata de Registro de Preços.

a) Gláucia Schumacher MUNICÍPIO	……... DETENTORA

ANEXO I

FLUXOGRAMA DE ETAPAS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Etapa	Descrição	Responsável	Prazo	Observações
1. Solicitação	Emissão e envio da Ordem de Compra / Autorização de Fornecimento	Secretaria Demandante	Conforme demanda	Deve discriminar itens e quantidades
2. Confirmação	Confirmação formal do recebimento do pedido pela contratada	Empresa Detentora da Ata	Até 48 horas úteis	Envio eletrónico (e-mail).
3. Entrega	Entrega física dos materiais solicitados	Empresa Detentora da Ata	Conforme fixado em edital	Frete e descarregamento por conta do detentor da Ata
4. Conferência	Verificação imediata dos itens recebidos	Fiscal da Ata de Registro de Preços da Secretaria	No ato da entrega	Conferir quantidades e integridade dos produtos
5. Aceite	Atesto da respectiva Nota Fiscal.	Fiscal da Ata de Registro de Preços da Secretaria demandante	Até 10 dias após a entrega	Condição para liquidação da despesa.

Documento assinado digitalmente por NATANAEL ZANATTA
Data: 05/11/2026 8:25:16

Documento assinado digitalmente por GLAUCIA SCHUMACHER
Data: 10/11/2026 10:52:17